

## O Conflito Palestino-Israelense e o Oriente Médio

Anselmo Pilati\*

Ariel José Pires\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo levantar elementos que permitam compreender o contexto do conflito palestino-israelense no Oriente Médio, através de pesquisa bibliográfica sobre o tema, principalmente do acirramento do mesmo a partir do processo de criação do Estado de Israel. Para tanto, parte de uma análise histórica da questão do anti-semitismo a partir das obras de Fontette e Sorj. Discute a natureza e a geopolítica do conflito, os interesses imperialistas na região e o movimento sionista. Analisa as lutas militares na Palestina, a partir da obra de Scalercio. A última parte do artigo destaca as várias tentativas de acordos de paz entre palestinos e israelenses e discute as possibilidades de convivência pacífica na região.

**Palavras-chave:** Conflito palestino-israelense; sionismo; anti-semitismo; Palestina.

**Abstract:** This article has op the objective search elements for understanding the context of Palestinian-Israeli conflict in the Middle East, through research literature on the subject, mainly from the same fierce from the process of creating the State of Israel. For both, part of a historical analysis of the issue of anti-Semitism from the works of Fontette and Sorj. Discusses the nature and geopolitics of the conflict, the imperialist interests in the region and the Zionist movement. It analyzes the military struggle in Palestine from the work of Scalercio. The last part of the article highlights the various attempts of peace agreements between Palestinians and

---

\* Professor de História da Rede Pública Estadual de Educação do Paraná, participante do PDE 2007/2008.

\*\* Professor Orientador, doutor e docente do Departamento de História da UNICENTRO – Guarapuava – PR.

Israelis and discusses the possibilities of peaceful coexistence in the region.

**Key-words:** Palestinian-Israeli conflict, Zionism, anti-Semitism; Palestine.

## **Introdução**

O presente artigo se constitui no trabalho final dos estudos da primeira turma (2007/2008) do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Trata-se de um estudo bibliográfico em obras de autores como Fontette, Sorj, Salem, Scalercio, Bishara, entre outros, como seqüência do material didático trabalhado no sistema “folhas”, do mesmo programa, para o ensino médio, em atividade de intervenção no Colégio Estadual Edite Cordeiro Marques, do Município de Turvo, Paraná. É importante destacar que os resultados, tanto do “folhas” quanto deste artigo poderá fazer parte do próximo Livro Didático Público de História da SEED.

A realização deste estudo parte dos pressupostos teórico-metodológicos adotados pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – SEED – 2006. Nesses fundamentos encontra-se a recusa de um *“ensino de História marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia”* e a proposta de se trabalhar com o *“processo de construção do conhecimento histórico”* visando a *“construção da consciência histórica”* por parte do aluno. Isso é possível quando se leva em conta as diferentes implicações e interpretações de um mesmo acontecimento ou processo histórico.

O conflito entre os árabes palestinos e os israelenses, no Oriente Médio, ocupa os noticiários diariamente. Embora as informações sobre o assunto sejam muitas e existam muitas obras sobre ele, percebe-se a falta de um conhecimento mais aprofundado e didático sobre o contexto histórico no qual ele se dá, seja pelo grande público em geral, seja pelos alunos em particular.

O presente artigo propõe discutir e encontrar possíveis explicações para as seguintes indagações: *Quais as raízes históricas para o conflito entre palestinos e israelenses? Que explicações apresentam estudiosos de ambos os lados envolvidos no conflito? Que tentativas foram feitas para solucionar o conflito? Por que fracassaram? Existe perspectiva de solução para o conflito a curto ou longo prazo?*

A região do Oriente Médio se caracteriza como uma das mais conflituosas, principalmente entre os árabes Palestinos e Israelenses. A configuração da atual beligerância na região se dá a partir da instalação do atual Estado de Israel, logo após a II Guerra Mundial. Para se entender melhor esse processo, o presente estudo propõe um recorte temporal entre 1945 e 2004, onde se desenvolveram as principais ações que resultaram na formação do atual Estado de Israel e no acirramento do conflito Palestino-Israelense.

## **1. O Anti-Semitismo e a Questão Palestina**

No que diz respeito à conceituação e existência do anti-semitismo, encontram-se diferentes interpretações. Historicamente, tanto os árabes como os judeus são de origem semita, porém o termo “anti-semita” é exclusivamente utilizado para designar a “perseguição” sofrida pelos judeus ao longo da história. A possível caracterização do anti-semitismo ao longo da história e, principalmente, de sua versão racista na França de Vichy e na Alemanha Nazista é apresentada por François de Fontette (FONTETTE, 1989). Esse autor questiona se as relações conflituosas entre os judeus e os egípcios, os gregos e os romanos, a chamada Antiguidade Pagã, pode ser caracterizada como anti-semitismo. Para ele, a literatura da Antiguidade menciona três pontos de “estupefação” do paganismo com os judeus:

- 1) Práticas religiosas, como a circuncisão, o *sabbat*, a abstenção de carne de porco;
- 2) Concepção monoteísta da divindade e crença de que possuíam práticas rituais como adoração de cabeça de asno de ouro e assassinatos rituais;
- 3)

Povo ímpio e insociável, pois o monoteísmo sempre isolou os judeus do meio dos pagãos. (FONTETTE, 1989).

O advento do cristianismo realçou a linha de divisão e fez surgir uma hostilidade recíproca entre judeus e cristãos devido à incompatibilidade teológica. Primeiramente, os judeus passaram a ver os primeiros cristãos como apóstatas, pela crença na divindade de Cristo. Posteriormente, no século IV, surge o antijudaísmo religioso. Isso se caracteriza, segundo o mesmo autor,

... por leis eclesiásticas que, na Antiguidade Cristã, proibiam os cristãos de certas práticas e festas judaicas. O intuito dessa prática seria o de estabelecer a diferenciação entre os judeus (povo eleito do Antigo Testamento, que ainda espera por um Messias) e os cristãos (povo do Novo Testamento para o qual a Salvação já havia chegado). (FONTETTE, 1989).

No início do período medieval, as relações entre cristãos e judeus na Europa, alternavam períodos de certa tolerância e de um tratamento mais humanista dos primeiros para com os segundos, com outros de intolerância, exigências e condenações cruéis. Isso, ainda segundo Fontette, variava de região para região dentro do continente.

No segundo milênio da era cristã, Fontette identifica quatro fases/características distintas na relação da sociedade européia-cristã-ocidental com os judeus: a cristalização da hostilidade religiosa; o aparecimento de uma especialização econômica dos judeus; a segregação acentuada dos judeus e a emancipação dos judeus.

A cristalização da hostilidade religiosa é expressa através das Cruzadas e das acusações lendárias contra os judeus. É o caso das acusações de assassinatos rituais, de profanações de hóstias, do envenenamento de fontes e poços, e de serem eles os responsáveis pela Peste Negra que assolou a Europa na Idade Média, como castigo pela não conversão ao cristianismo.

Com relação à especialização econômica, na Idade Média (e também na Alemanha Nazista), os judeus eram associados ao dinheiro (usurário). Segundo o autor citado anteriormente, essa especialização passou a ser construída historicamente desde a Diáspora quando, a partir da dispersão pelo mundo, os judeus se tornaram os mais capacitados às relações econômicas internacionais. Também se tornaram úteis à sociedade medieval pelo crédito que podiam oferecer, tendo em vista que os empréstimos eram proibidos aos cristãos. Outro fator que colaborou com essa especialização econômica foi a proibição, em regiões européias, de os judeus possuírem trabalhadores ou escravos cristãos, o que contribuiu para que muitos abandonassem os trabalhos rurais. Essa atividade especializada foi a mais censurada aos judeus pelos anti-semitas, embora a espoliação de suas riquezas tenha sido, muitas vezes, autorizada por autoridades civis e religiosas.

Fontette pontua que a segregação acentuada dos judeus na Europa é caracterizada pelos sinais de humilhação como a “rodela” ou outro distintivo que eram obrigados a usar na roupa, em vários momentos da história. Também se fazia notar nas práticas de escárnio público a que eram impostos. A segregação também aparece nas expulsões parciais e temporárias com o objetivo de sangrias fiscais ou nas tentativas de expulsões definitivas e globais, como as ocorridas na França, na Inglaterra e na Espanha. A formação dos guetos, bairros onde se concentravam os judeus, é outro exemplo dessa segregação.

A “emancipação dos judeus” passou a ser produzida no final do século XVIII. Na Alemanha, esse movimento originou-se de judeus com postos elevados; na França, com os filósofos do Iluminismo. Na prática, essa emancipação se fez notar em alguns países com o fim de algumas proibições aos judeus e conduziu-os à cidadania. Na Polônia e Rússia, houve resistência à emancipação, com perseguições e segregações (os chamados “*pogroms*”).

A segunda metade do século XIX, segundo Fontette, viu surgir o chamado anti-semitismo racista. As teorias do Racismo, Darwinismo Social com Gobineau, H.S. Chamberlain, Wagner que, ao estabelecerem uma

hierarquização rígida de raças, embasaram este tipo de anti-semitismo característico do nazismo.

O autor da *História do Anti-Semitismo* afirma que, durante a República Francesa (1870 – 1940), muitos autores anti-semitas publicaram suas idéias e que o *Caso Dreyfus*<sup>1</sup>, que provocou ódio e paixões, levou Theodor Herzl a concluir que, se no país da *Declaração dos Direitos do Homem* se faziam tais vociferações contra os judeus, só restava a criação do “*Estado Judaico*”, originando o movimento sionista. Durante a I Guerra há uma trégua dessas postulações na França, rompida logo após o seu final com a divulgação do “*Protocolo dos Sábios e Sião*”<sup>2</sup>. A chamada Declaração de Balfour, em 1917, teria sido a primeira consagração internacional do sionismo.

Ainda segundo Fontette, Hitler viveu sua infância em um ambiente anti-semita em Viena, cujo prefeito à época era um ex-monge racista, e seu Livro *Mein Kampf*, de 1923, seria um programa de ação política com grande importância no racismo. Com a ascensão de Hitler ao poder em 1933, a prática das doutrinas nazistas foram se efetivando através de algumas medidas legislativas e ações costumeiras que cerceavam a cidadania dos judeus, entre as quais se podem destacar: o boicote ao comércio judaico que ocorria de forma sistemática; a exclusão de judeus de funções administrativas, judiciárias e de profissões liberais; a definição dos critérios para a conceituação racial dos judeus, em 1935; a proibição do cruzamento de animais de judeus com o “touro comunal”; a destruição de sinagogas, lojas e apartamentos de judeus.

A obra de Fontette termina analisando a questão do anti-semitismo na chamada França de Vichy (parte da França que não foi ocupada pelos nazistas mas tornou-se colaboracionista com estes) e conclui que ela funcionou, primeiramente, como um “depósito de judeus” desde julho de 1940. Entre 1942 e 1943, o governo de Vichy passou a imitar a legislação nazista através da definição de judeu pela raça e, mais tarde, pela

<sup>1</sup> Refere-se à condenação por alta traição do oficial do Exército francês Alfred Dreyfus, de religião judia. Baseada em documentos falsos, a condenação foi ofuscada por uma onda de nacionalismos e xenofobia que se espalhou pela Europa no final do século XIX.

<sup>2</sup> Polêmico e famoso livro sobre planos secretos e conspirações sionistas para dominar os governos e os povos do mundo. Surgido originalmente em russo e depois traduzido em vários idiomas, teria sido produzido pela polícia secreta do Czar Nicolau II.

religião, visando reduzir o elemento estrangeiro ou não-francês. Depois da ocupação total da França pelos alemães, em 1942, a perseguição anti-semita aumentou até a oficialização, na Conferência de Wannsee, da “*solução final*” (*endlösung*) da questão judaica que caracterizou o Holocausto.

Parece ser inegável que, como afirma Márcio Scalercio, “... o anti-semitismo é um dos contornos macabros persistentes na cultura ocidental” (SCALERCIO, 2003, p. 30).

A obra de Fontette não estabelece uma relação direta do anti-semitismo (judeu) com os árabes, em geral, e com os palestinos, em particular. A nosso ver, a própria conceituação de anti-semitismo, ou mesmo, sua utilização pelo senso-comum como ligada exclusivamente aos judeus, carece de maior aprofundamento. Isso porque, não seriam também os árabes vítimas de um tipo de anti-semitismo ao longo de sua história? Note-se também que, em literaturas mais explicitamente pró-árabe ou pró-palestina dedicada ao conflito palestino-israelense no Oriente Médio, encontram-se acusações de que os israelenses agem atualmente, na Palestina, da mesma forma como estes acusam outros povos de terem agido com os judeus ao longo da História: excluindo, segregando e discriminando os árabes palestinos. O escritor e jornalista palestino Marwan Bishara, acusa a ocupação israelense dos territórios palestinos de ser um novo *apartheid* afirmando que “ o governo de *apartheid* sul-africano, depois de ter expulsado as populações negras de suas fazendas e de tê-las forçado a viver em *homelands*, distribuiu as terras entre os brancos. Os sucessivos governos israelenses, do Likud ou do Partido Trabalhista, aplicaram a mesma política de ‘limpeza étnica’ na Palestina” (BISHARA, 2003, p.24).

Por outro lado, é possível relacionar o anti-semitismo com a questão palestina de forma indireta. Isso porque, foi após o Holocausto judeu na II Guerra Mundial – considerado o ápice do anti-semitismo - que ocorreu a mobilização efetiva, sionista e de potências mundiais, para criação do Estado judeu na Palestina, Israel. É a partir daí que o conflito

entre árabes e judeus na Palestina se intensifica e passa a ganhar notoriedade.

Entre os autores que analisam o anti-semitismo no mundo contemporâneo, temos a professora Bila Sorj, que em seu artigo *Anti-semitismo na Europa hoje* também faz referência ao que chama de “transnacionalização dos conflitos do Oriente Médio”. Segundo ela, muitos imigrantes jovens na Europa, advindos de países muçulmanos, identificam-se com a luta dos palestinos no Oriente Médio, adotando atitudes anti-semitas. Estas atitudes, que se caracterizam por agressões verbais e físicas contra judeus, seriam influenciadas pelo contato com os meios de comunicação de alguns países árabes que transmitem discursos de líderes radicais islâmicos. Nesse aspecto, o anti-semitismo estaria ligado diretamente ao anti-sionismo, confundindo ambos os conceitos nos debates públicos atuais. Segundo as conclusões da autora, fazer com que os muçulmanos se sintam protagonistas de uma luta comum e mundializada contra Israel, seria parte de uma estratégia de alguns países árabes de desviar a atenção e críticas internas a seus regimes políticos vigentes.

Segundo Sorj, entre as causas de se confundir atitudes do governo do Estado de Israel em relação aos palestinos como se fossem de todo um povo (judeu), estaria a chamada “política da identidade” que produz a falta da diferenciação dos indivíduos. Nela, a ação de uma pessoa ou de um grupo, é vista como se fosse expressão de uma coletividade. Esse mesmo fenômeno social, levaria a uma situação oposta na qual, a atitude extremista de uma pessoa ou grupo radical islâmico, seria atribuída ao “Islã”, gerando o que a autora denomina de “Islamofobia”.

## **2. A Geopolítica do Conflito e suas Raízes**

Entre os autores que dão ao conflito um aspecto eminentemente político, destaca-se a jornalista e escritora brasileira, de origens judaicas, Helenas Salem para quem “no momento em que árabes matam árabes (no Líbano), em que judeus discordam de judeus (em Israel e no resto do



mundo em relação ao governo Begin) fica mais do que evidente que a questão não é árabe ou judia, muçulmana ou israelita, mas de fato política” (SALEM, 1982). Segundo essa autora, a convivência de forma mais ou menos pacífica entre os povos “primos” de origem semita, seja na Península Ibérica, no período medieval, ou na Palestina há mais de um século, evidencia que a questão palestina apresenta causas políticas, sociais e econômicas precisas. Além disso, pontua o início da disputa árabe/israelense com o surgimento do sionismo no final do século XIX e sua implementação na Palestina. Com isso, a referida autora descarta qualquer motivo religioso ou pseudo-racial para o conflito.

Entre os que destacam a disputa por terra na região como base para o conflito palestino-israelense está Ariel Fingerman, que apresenta como problema adicional, o fato de ser a Terra Santa para ambos os lados (FINGUERMAN, 2005).

O próprio sionismo, como movimento nacionalista judaico, pode ser entendido sob diversos aspectos. Segundo Aura Gomes, alguns autores defendem que a motivação do movimento se deve ao medo que alguns judeus tinham de serem assimilados pelas sociedades no meio das quais viviam, perdendo sua identidade como povo. Isso era reforçado pela consideração de alguns grupos de judeus ortodoxos de que o movimento sionista seria o único meio de preservação da fé judaica (GOMES, 2001, p.11). Outros analistas dividem o sionismo em duas correntes: “ o sionismo burguês, associado a Theodor Herzl, aproximou-se do governo inglês, garantindo que iria criar um ‘bolsão de cultura européia’ no Oriente Médio, uma ‘barreira contra a barbárie oriental’. O caráter colonialista e etnocêntrico contra os povos árabes parecia claro. Entretanto, havia também o sionismo socialista, que queria ‘levar a revolução socialista para a Palestina e de lá para todo o Oriente Médio’ ” (SCHIMIDT, 2005, p. 616).

Mesmo autores de origem judaica apontam elementos complicadores no movimento sionista, como é o caso de Yoram Kaniouk para quem “a pior calamidade do sionismo, no qual ainda acredito, foi ter acreditado que com a redenção dos judeus em sua terra traria progresso para os árabes” (KANIIOUK, 1997, p. 84).

Discutir os fundamentos do sionismo é o interesse de autores como Norman G. Finkelstein, que analisa o “consenso ideológico” originário desse pensamento. Para ele, a idéia de que a Palestina deveria conter uma maioria judaica seria um dos elementos centrais desse consenso. As três tendências distintas do sionismo - política, trabalhista e cultural -, defendiam essa idéia por diferentes razões. Além disso, levar em conta a violação dos direitos dos árabes desde 1948, os erros estratégicos e a corrupção da liderança palestina é importante para a compreensão do conflito (FINKELSTEIN, 2005).

O agravamento da questão palestina também ocorre pelo interesse das potências imperialistas no final do século XIX, principalmente da Inglaterra, no Oriente Médio. Segundo Salem, a Inglaterra utilizou a velha tática de “dividir para reinar”, apoiando a imigração de judeus para a palestina e reduzindo esse mesmo apoio quando a tensão entre árabes e sionistas atingia níveis elevados (SALEM,1982). Inglaterra e França, que dividiam o que sobrava do império otomano em fragmentação, determinaram o destino da região (SOLIMAN, 1990).

Um equívoco do movimento sionista, apontado por Márcio Scalercio, foi o fato de seus líderes priorizarem os contatos com os dominadores britânicos na Palestina, ignorando o povo que aí vivia mesmo com o alerta de que as populações árabes aí radicadas não aceitariam passivamente ceder espaço para judeus recém-chegados (SCALÉRCIO, 2003).

Segundo Amnon Kapeliouk, contraponto do movimento sionista é o movimento nacionalista palestino no qual se destaca a figura de Iasser Arafat como núcleo principal da OLP (Organização para a Libertação de Palestina) (KAPELIOUK, 2004). Para Scalercio, porém, a OLP foi fundada, em 1964, numa tentativa de líderes de países árabes de manter sob controle o potencialmente explosivo movimento palestino - já então fragmentado em várias organizações, como veremos no item seguinte (*Confrontos Militares*) -. “Apenas após o ‘novo desastre’ representado pela derrota na Guerra dos Seis Dias (1967) grupos como o de Arafat se

inclinaram a se aproximar e mesmo procurar assumir o controle da OLP” (SCALERCIO, 2003, p. 101).

### **3. Os Confrontos Militares**

Do ponto de vista militar das lutas na Palestina, é importante traçar um quadro histórico do conflito e suas conexões com o fundamentalismo e o terrorismo no Oriente Médio, através de uma análise reveladora sobre esses dois povos condenados a conviver (SCALERCIO, 2003). Para esse autor, colocar essa disputa por terra no campo religioso, principalmente na defesa da legitimidade histórica, complica o problema da Palestina. Isso porque, não é possível uma resposta clara sobre qual grupo semita primeiro lá se instalou. A profusão de profetas, característica dos semitas, trazendo sempre uma “nova verdade”, resultou em alguns bem sucedidos que se sedimentaram e outros, fracassados, que foram esquecidos. “Os judeus dirão que saíram à força e voltaram, os árabes responderão que jamais se moveram da Palestina” (SCALERCIO, 2003, p. 20). Essa incapacidade de estabelecer pontos razoáveis fez com que as armas se tornassem a única forma de fazer prevalecer posições. A fundação do Estado de Israel, em 1948, e a rejeição árabe da Partilha da Palestina demonstravam a preparação dos dois lados para a guerra.

Assim, segundo Scalercio, a análise do conflito na região deve levar em conta a violência como estratégia de concretizar projetos, e não somente do ponto de vista moralista ou da luta de classes ou da desigualdade social. A superioridade bélica israelense enfraqueceu as negociações baseadas na política e no entendimento e levou os árabes palestinos a abandonar a guerra convencional e adotar a guerrilha. A partir da década de 1970, essas ações passaram a ser qualificadas de terroristas, na idéia de que de que “tudo era um alvo”. Passou-se a aplicar no Oriente Médio a “Lei de Talião”. O que emerge disso tudo “é que israelenses e palestinos estão condenados a conviver” (SCALERCIO, 2003, p.). A obra desse autor parte do pressuposto que “Histórias completas não existem”, mas é possível compreender melhor o conflito árabe-israelense.

Para iniciar a historização do conflito sob o aspecto militar, o autor propõe que, para compreendê-lo melhor é necessário partir do pressuposto “que Israel moderno é um Estado Ocidental cravado no Oriente Médio” (SCALERCIO, 2003, p. 29) o que, por si só, já é um grande complicador. Além disso, alguns líderes do chamado “sionismo revisionista” já tinham consciência de que os palestinos não cederiam pacificamente suas terras. Isso foi se confirmando mesmo antes da criação do Estado de Israel, quando entre 1936 e 1939 houve a revolta dos palestinos contra os britânicos e colonos judeus. Por outro lado, mesmo antes do levante, os judeus organizaram as “forças de defesa” unidas no *Haganah*. Judeus mais extremistas criaram o *Irgun* e outros, mais radicais, o *Lehi* que, juntamente com o movimento palestino de protesto, deram início à escalada do atualmente denominado “terrorismo” na região.

Segundo Scalercio, a proposta da ONU da Partilha da Palestina, de 1947, que desgostou árabes palestinos e judeus, foi aceita por setores judaicos para angariar a simpatia internacional, atribuindo aos árabes o ônus de não aceitar a partilha, e como ponto de partida para a criação do Estado de Israel (SCALERCIO, 2003, p. 42- 44).

Depois da criação do Estado de Israel, a primeira guerra árabe-israelense (1948-1949), foi considerada pelos palestinos como uma catástrofe (*nakba*) e como a Guerra da Independência pelos israelenses. Scalercio afirma que a preparação para esse conflito foi mais fraca e desorganizada entre os árabes, onde se destacavam o Egito e o reino Hashemita da Transjordânia. Os judeus, organizados em torno do *haganah* (mais tarde transformado na FDI – Força de Defesa Israelense), juntavam armas e munição desde 1930. Após a II Guerra, muito material bélico se tornou disponível e a Tchecoslováquia forneceu armamentos a Israel.

Na seqüência da análise dos confrontos armados, Scalercio afirma que, o fato de Israel ter ganho a guerra de 1948/1949 contra os árabes, fez com que perdesse sua paz. A questão dos refugiados palestinos passou a ser utilizada por ambos os lados como propaganda para seus interesses. Os árabes, principalmente dos países hospedeiros dos

refugiados, atribuíam a Israel exclusiva responsabilidade pela situação e, por isso, deveria arcar com o ônus da solução do problema. O governo israelense, por sua vez, acusava os árabes de criarem o problema por não aceitarem a Resolução da ONU sobre a partilha da Palestina e que os palestinos se retiraram por conta própria, pois os que permaneceram em Israel tiveram garantido os direitos de cidadania. Muitos autores, porém, afirmam que os palestinos tenham o *status* de “cidadãos de segunda categoria” em Israel.

“Costurar uma idéia de comunidade nacional entre uma população espalhada e heterogênea, enfrentar as desconfianças e as tentativas de manipulação do movimento por parte dos governos dos Estados hospedeiros e constituir uma linha de ação que soubesse sensibilizar a comunidade internacional eram tarefas indispensáveis para dar corpo ao movimento nacional palestino”. (SCALERCIO, 2003, p. 94).

Pela força militar e melhor capacidade de organização, o Estado de Israel foi imposto aos árabes. Por outro lado, através da violência dos guerrilheiros palestinos (*Fedayin*) que ousavam enfrentar um inimigo materialmente superior, “foi iniciada a construção da lenda de luta do povo palestino” ( SCALERCIO, 2003, p. 95).

A partir da metade da década de 1950, a organização política dos palestinos começa a se incrementar. A formação da *Al Fatah* (“Conquista”), em 1959, por Yasser Arafat e outros líderes originários de famílias palestinas refugiadas, que pretendia coordenar os vários esforços palestinos em todo o Oriente Médio e organizar a luta armada, é um exemplo disso. As dissidências desse grupo que deram origem a outras organizações palestinas, como a “Frente Popular para a Libertação da Palestina” e a “Frente Democrática e Popular pela Libertação da Palestina”, ligadas à ideologia marxista-revolucionária, demonstram uma certa intelectualização da luta palestina, principalmente pela vivência acadêmica de jovens universitários, que também se contrapunham à elite árabe. Por outro lado, segundo Scalercio, a fragmentação das

organizações palestinas desde sua origem “em parte, é reflexo da própria dispersão da comunidade palestina” (SCALERCIO, 2003, p. 99).

A Guerra de Suez (1956) foi um conflito inserido no contexto da Guerra Fria. Nesse período, o poder de barganha dos árabes no cenário internacional cresceu devido ao aumento da importância do petróleo. Assim, as posições de árabes e israelenses em relação às disputas na Palestina, também se tornaram mais duras. As disputas entre as duas super-potências mundiais à época, também alcançaram a região. Scalercio aponta como conseqüências dessa nova guerra: o resgate da idéia do pan-arabismo, sob a liderança de Nasser (Egito); a adoção de uma tática mais ofensiva de Israel, alegando a defesa de seus direitos; a queda da Inglaterra e da França ao nível de potências militares de segunda categoria e o aumento das dificuldades de reconhecimento e autorização de “revisões de limites territoriais mediante o uso da força” (SCALERCIO, 2003, p. 144).

A crescente militarização dos países árabes da região e de Israel fez com que a tensão na Palestina levasse a uma nova guerra, uma década mais tarde. Este novo conflito, a Guerra dos Seis Dias (1967) agravaria ainda mais a situação na região. Se, por um lado, Israel expandiu seu território na Palestina, através da anexação do Sinai, da Faixa de Gaza, de toda a Jerusalém e da Cisjordânia, trazendo orgulho para seu povo, por outro, impôs condições de vida precárias aos palestinos que viviam nessas áreas. Assim, a cada novo conflito armado, aumenta a escalada de raiva, ódio, desconfiança, nacionalismos.

“Para as gerações de palestinos nascidos depois de 1967 nos campos de refugiados e nas cidades controladas pela FDI, opor-se aos israelenses era combater um exército de ocupação que empunhava um poder opressor. (...) Com sua conquista os israelenses trouxeram o problema palestino das bordas das fronteiras para dentro de casa. A ocupação e a opressão fertilizaram o solo no qual cresceu uma forte identidade palestina, militante e hostil. Pela segunda vez, Israel ganhara a Guerra, mas perdera a paz” (SCALERCIO, 2003, p. 169).

Em 1973 se desenvolve um novo conflito armado no qual, Egito e Síria atacaram Israel que só conseguiu se defender com o apoio dos Estados Unidos. Chamado de Guerra do *Yom Kippur* (“Dia do Perdão” para os judeus), o conflito terminou depois de dezenove dias de combate com a assinatura de um acordo de paz e sem mudanças territoriais.

Segundo especialistas, na década de 1970, houve uma transição na estratégia de luta dos árabes na Palestina, da guerra convencional para a guerrilha. As organizações armadas palestinas, como o *El Fatah*, ligado à OLP, após a ascensão de Yasser Arafat à presidência da organização, e outros grupos independentes, passaram a ter como base os países árabes vizinhos a Israel. A partir dali, atacavam Israel, que retaliava, muitas vezes com ações militares dentro desses países. Isso levou, não só a novos conflitos armados com Israel, mas dentro dos próprios países árabes, como a Guerra Civil no Líbano, entre 1976 e 1991. Por outro lado, o conflito no Oriente Médio teve um processo de mundialização com ações de guerrilheiros palestinos em outros lugares do mundo – contando muitas vezes com o suporte técnico dos serviços secretos soviéticos - como nas Olimpíadas de Berlim, em 1972. Em 1982, um grupo palestino feriu o embaixador israelense em Londres, o que foi utilizado como pretexto por Israel para invadir o já belicoso Líbano, na chamada “Operação Paz para a Galiléia”.

A aproximação cada vez maior de Israel com os Estados Unidos durante o contexto da Guerra Fria – embora não fosse unanimidade entre os israelenses, entre os quais muitos tinham convicções socialistas -, pode ser explicado pela busca de recursos financeiros e tecnológicos para fortalecer seu sistema de defesa. Nessa aproximação deve ser levada em conta, a influente e rica comunidade judaica americana. Isso gerou uma relação de ambigüidade entre os norte-americanos e os líderes muçulmanos: ao mesmo tempo em que estes repudiavam o “imperialismo sionista”, tinham necessidade de combaterem ateus e comunistas para manter o poder (SCALERCIO, 2003, p. 173).

Como vimos, o caso de Israel e Palestina sofre implicações das relações instáveis entre os países árabes da região e das suas relações

ambíguas com as potências mundiais, ou destas com eles. Neste particular, o Iraque se destaca, seja em sua guerra com o Irã, na década de 1980, na crise e Guerra do Golfo, no início da década de 1990 e na presente Guerra do Iraque, iniciada em 2003. Segundo alguns autores, a preocupação pública de Saddam Hussein era que, após o enfraquecimento da União Soviética no final da década de 1980, os Estados Unidos passaram a ser a única superpotência no Oriente Médio e que esta tinha o interesse de aumentar a influência de Israel na região (MILLER e MYLROIE, 1991). Com a crise do Golfo (1990/91), os Estados Unidos conseguiu atrair o apoio de vários países árabes, como a Arábia Saudita, Emirados do Golfo, Egito e Síria, que temiam a fortalecimento de Saddam Hussein. Os palestinos, por sua vez, apoiaram o governo do Iraque, principalmente depois do ataque de mísseis que este fez a Israel.

Um confronto que pode, figurativamente, ser comparado a uma edição às avessas e inconclusa da história bíblica de Davi e Golias, ficou conhecido como *Intifada* (“levante”), cuja primeira ocorreu em 1987. A “guerra das pedras” teve início na Faixa de Gaza, num funeral de palestinos mortos em um acidente, no qual a ostensiva mobilização de tropas israelenses irritou jovens palestinos que começaram a atirar pedras em tanques e soldados israelenses. Espalhando-se, atingindo também a Cisjordânia, cidadãos israelenses e automóveis passaram a ser alvos. As imagens desse conflito passaram a ter um forte apelo na mídia mundial e suas características de “levante popular” e não “terrorista”, colocou em cheque as forças de defesa de Israel. A *Intifada* durou até 1993 e provocou boicote de trabalhadores e de consumo de produtos israelenses, além do desgaste das ações de Israel frente à população civil palestina, principalmente mulheres e crianças. Com a crise do Golfo, no início da década de 1990, as imagens da *Intifada* foram substituídas na mídia internacional pela Guerra do Golfo. Isso, em parte, deve-se ao apoio dos palestinos ao Iraque, no conflito, o que os deixou meio isolados.

Esses acontecimentos provocariam mudanças na organização do poder dentro do movimento político palestino. Surgiu o *Hamas* (“zelo”) Movimento de Resistência Islâmica, grupo religioso que cresceu favorecido



pela fúria popular que facilita o surgimento de extremistas. Além disso, houve aumento de representantes no PNC (Conselho Nacional Palestino) que, em 1988, proclamou a criação de um Estado Palestino. Desse ato surgiu a ANP (Autoridade Nacional Palestina), chefiada por Yasser Arafat, que obteve reconhecimento internacional para negociar uma solução para o problema palestino, embora não tenha efetivado o Estado Palestino.

Uma nova *Intifada* ocorreria em 2000 quando uma visita do primeiro-ministro israelense num dos principais lugares santos muçulmanos em Jerusalém, foi considerada um gesto simbólico de provocação. Esse conflito, ocorrido sete anos após o acordo de Paz de Oslo, a não retirada prevista de tropas israelenses dos territórios palestinos ocupadas em 1967, novamente colocou Israel em xeque quanto à proporcionalidade do uso da força contra os palestinos. Neste tempo, já de mundo globalizado, os efeitos e a preocupação com a mídia também pesam. Segundo Marwan Bishara:

“Em um mundo em que a câmera exerce um papel de importância igual ao das armas, uma tarefa urgente se impunha a Israel: reparar o mal causado à sua imagem pela mídia. O governo de Barak devia atenuar os efeitos das câmeras, que eram as aliadas naturais dos fracos palestinos, dos Davis armados de estilingues. Conscientes deste problema, os israelenses lançaram uma campanha de urgência, encarregada de remediar a ‘desvantagem’ – de certa forma inevitável – de sua força e da maneira como ela era apresentada à opinião internacional nas telas de televisão. Já os palestinos, em lugar de tomar partido das novas ferramentas da globalização, fizeram a sua Intifada, como de hábito, na mais completa improvisação” (BISHARA, 2003, p. 38).

Os atentados às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, acompanhadas ao vivo, pela televisão, personificam a globalização, não só do conflito palestino-israelense, mas da questão do Oriente Médio como um todo e, mesmo, revela as tensões e contradições entre o Ocidente e o Oriente. Visto como um enclave ocidental no Oriente Médio, Israel sofre uma campanha de ataques suicidas do *Hamas* e *Jihad Islâmica*. No ano seguinte, em represália aos ataques radicais palestinos, forças de Israel sitiaram Yasser Arafat em territórios palestinos e destroem a infra-estrutura da ANP. A morte de Arafat, acometido e uma doença misteriosa, em 2004, na França – onde recebeu tratamento médico –, é visto por muitos como o término de um longo ciclo no interminável conflito palestino-israelense.

#### **4. As Possibilidades de Convivência Pacífica**

Depois desse quadro pintado historicamente, parcialmente revelado nos itens anteriores deste artigo e que nos apontam grande complexidade e inúmeras nuances, cabe-nos discutir se ainda existem possibilidades de um fim para esse conflito. Que tentativas já se fizeram para isso ao longo desse processo histórico e por que falharam?

A instabilidade no Oriente Médio preocupou de forma mais aguda os demais países do mundo, principalmente no início da década de 1970, com a crise do petróleo e a decorrente crise econômica que se espalhou pelo mundo. Cerca de 1/3 da produção mundial de petróleo era controlada pelos países árabes. A pressão internacional para uma solução mais estável para o conflito palestino-israelense aumentou, principalmente após a guerra de 1973 (*Yom Kippur*). Em 1974, a Liga Árabe reconheceu que a OLP deveria liderar a constituição de uma autoridade nacional palestina. A ONU também aprovou uma resolução que reconhecia o direito da autodeterminação do povo palestino. Israel, porém, não aceitava negociar com a OLP, a quem consideravam organização terrorista. As áreas ocupadas por Israel e os assentamentos judaicos em territórios palestinos, tornavam uma negociação de paz muito na região muito difícil.

Envolto numa crise econômica, aprofundada por uma experiência socialista que não deu certo, o Egito buscou mais afoitamente, acordos na região. Em 1975, em um acordo parcial com Israel, conseguiu a devolução de campos petrolíferos. Em 1978, sob a mediação dos Estados Unidos, com grande rumor, assinava os Acordos de Camp David. As discussões entre Egito, Estados Unidos e Israel giraram em de dois pontos, segundo Scalercio: a devolução de toda a península do Sinai para o Egito e o destino da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, de Jerusalém e dos árabes na Palestina. No final, ficou acordado que os participantes se comprometiam em resolver definitivamente o problema palestino em todos os seus aspectos. Isso, porém, dependeria de futuras negociações entre Egito e outros Estados Árabes, com palestinos residentes em territórios ocupados e a aprovação do Parlamento Israelense (Knesset). Ao voltar para seu país, o representante israelense Menachem Begin, foi apoiado por movimentos pacifistas, mas reprovado por grupos de judeus ortodoxos e partidos de direita. Anwar Sadat, presidente egípcio, foi expulso da Liga Árabe acusado de negociar com o inimigo. Por fim, medidas tomadas pelo governo israelense – como a proposta de mudança nas leis que permitiriam a expropriação de terras pertencentes a árabes -, provocaram renúncias de autoridades comprometidas com os acordos de Camp David, substituídas por outros líderes da “linha dura”, intransigentes em relação aos palestinos. Foi o fim do primeiro acordo de Camp David.

A Revolução Islâmica no Irã, em 1979, o início da Guerra entre Irã e Iraque, em 1980, o bombardeio de um reator nuclear iraquiano pelos israelenses, o assassinado de Sadat e a anexação das colinas de Golan por Israel, em 1981, além da invasão do Líbano em 1982, não deixavam vislumbrar novas tentativas e paz. A primeira *Intifada*, em 1987, parecia corroborar com essa previsão. A repercussão negativa da *Intifada* em âmbito mundial fez com que a liderança israelense apresentasse seus próprios planos de paz, que retomava algumas idéias de Camp David e propunha uma trégua para negociações com palestinos, israelenses e jordanianos. Como não garantia aos palestinos o controle dos territórios ocupados e se omitia em relação aos assentamentos, não agradou os

palestinos. Nem membros do governo israelense e o Knesset apoiaram essa proposta, e a iniciativa foi abandonada.

Em 1991, com a Guerra do Golfo e o fim da URSS, os Estados Unidos anunciam uma nova iniciativa de Paz para a região. Um dos motivos disso pode ser buscado no seguinte fato: durante a crise do Golfo Saddam Hussein quis minar as ações dos Estados Unidos no Oriente Médio, acusando-o de adotar “dois pesos e duas medidas” e declarou que aceitaria a Resolução da ONU e deixaria o Kuwait, se Israel fizesse o mesmo com os territórios palestinos ocupados. Percebendo que, somente a vitória na Guerra do Golfo não era solução política estável para o Oriente Médio e que a questão árabe-israelense é um componente importante nessa equação, os Estados Unidos patrocinam essa iniciativa de paz. Ocorre a Conferência Internacional de Paz em Madri e as conversações bilaterais de paz entre árabes e israelenses em Washington. A tensa e conturbada Conferência de Madri, teve continuidade nas conversações entre israelenses, palestinos residentes e jordanianos em Washington, mas avançavam com lentidão. Um impasse nessas conversações foi provocado em dezembro de 1992 com o seqüestro de um guarda e fronteira israelense pelo grupo fundamentalista islâmico palestino *Hamas*. Isso porém, não inviabilizou a continuidade de reuniões entre representantes palestinos e israelenses, primeiramente em Londres e, mais tarde, através de um fórum de negociações secretas, em Oslo, na Noruega. Nesta etapa, participaram representantes da OLP, até então não aceita como interlocutor dos palestinos por Israel.

Em 1993, foi selado os Acordos de Oslo, em Washington que, entre outras coisas previa a retirada de tropas israelenses de Gaza e Jericó, onde seriam substituídas por uma Autoridade Nacional Palestina (ANP) e uma força policial palestina deveria manter a ordem nos territórios liberados; convocação de eleições na Faixa de Gaza e Cisjordânia para a formação do Conselho Palestino, que teria todas as funções de governo, menos a defesa e a guarda das fronteiras (SCALERCIO, 2003, p. 266). Porém, dentro das sociedades palestinas e israelenses as oposições aos acordos eram muitas. Os palestinos consideravam os ganhos muito

pequenos e que renunciariam à luta pelos refugiados palestinos e por Jerusalém. Do lado israelense, partidos de direita, grupos religiosos ortodoxos e colonos dos assentamentos lideraram a oposição aos acordos. O assassinato do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin que, com Yasser Arafat, foi signatário dos acordos, em novembro de 1995, foi o mais duro golpe ao processo de paz.

Além dessas oposições e do assassinato de Rabin, as mudanças no governo israelense – principalmente a eleição de Benjamin Netanyahu, contrário aos acordos -, as ações dos ataques de militantes palestinos em Israel e as retaliações israelenses, foram gradativamente pondo fim aos Acordos de Oslo.

Em julho de 2000 termina uma nova Conferência de Camp David sem acordo para questões importantes, como o controle da água, o retorno dos refugiados palestinos, as fronteiras em Gaza e Cisjordânia e os assentamentos judaicos. Além disso, o futuro Estado palestino teria muitas limitações em aspectos militares, de política externa e teria uma certa “supervisão” de Israel para alguns assuntos. Novamente, setores palestinos e israelenses rejeitam mais esta tentativa de acordo e, logo a seguir, eclode a segunda *Intifada*.

Segundo o analista palestino Marwan Bishara, “em lugar de trazer a solução, Oslo veio a constituir um problema. O objetivo oficial de uma ‘paz justa, durável e global’ transformou-se em uma série de acordos injustos, temporários e parciais que acarretaram a insatisfação e a frustração entre os palestinos” (BISHARA, 2003, p. 31). A *Intifada* de 2000 foi uma ruptura com Oslo porque “os arranjos sobre as questões de segurança, previstas pelos acordos de Oslo, não podiam ser efetivos a partir do momento em que a ANP se recusava a reprimir as manifestações contra a ocupação” (BISHARA, 2003, p. 44).

Durante o período em que Yasser Arafat foi mantido cercado pelo exército israelense na Cisjordânia – entre 2001 e 2004 -, um novo plano de paz, conhecido como “Mapa da Estrada”, foi proposto pelos Estados Unidos, apoiado pela União Européia, pela Rússia e pela ONU. Este plano previa a criação de um Estado Palestino, desde que os ataques terroristas

contra Israel cessassem e que os israelenses deixassem as colônias agrícolas em territórios ocupados. Além desses entraves ainda não resolvidos, esse plano ainda enfrentou outro problema: a construção de um muro com previsão de 650 km – 400 km já construídos -, visando separar Israel da Cisjordânia, dentro do território palestino.

Para alguns autores, existe um pessimismo quanto à possibilidade de entendimento entre ambas as partes envolvidas no conflito a curto e médio prazo:

“Enquanto existir o binômio Estado/Religião em um país moderno não haverá possibilidade de convivência pacífica multi-étnica ou religiosa dentro de suas fronteiras. A história do ocidente provou que é necessário separar as esferas do poder das verdades da fé.”(...) “O problema não é religioso ou a religião, pois o homem é um ser que busca e necessita algo transcendental, e sim a utilização que alguns radicais político-religiosos fazem do *Estado teocrático* para seus próprios fins. Nem o *Corão* nem a *Torah* defendem os massacres perpetrados por ambas as partes.” (COSTA, 2002).

Há quem destaque que, para se construir uma convivência pacífica na Palestina, é necessária uma solução que aponte para - além das estruturas políticas, econômicas e sociais - o ser humano: “ se todos chegássemos a ver o ser humano por trás do inimigo, seria mais fácil” (KANIUK et HABIBI, 1997, p.78). Nesta obra, *A Terra das Duas Promessas*, um judeu (Yoram Kaniuk) e um palestino (Emil Habibi) escrevem sobre o povo do outro e defendem a existência de “um país, dois Estados, uma capital”. Para Emil Habibi, “movimentos fundamentalistas, sejam religiosos ou laicos, eles não têm qualquer futuro, na medida em que se opõem radicalmente à natureza humana, à fragilidade humana”. Para ele, a defesa de ideais políticos ou religiosos, afasta e opõe os dois povos e, somente o reconhecimento da fragilidade poderia gerar a “humanização

do inimigo” e a possibilidade de convivência pacífica. Para Yoram Kaniuk, diferentemente de outros países (Estados) que se desenvolveram historicamente e foram se formando, Israel foi fundado assim como não existia a Palestina no espaço árabe. Essa característica agudiza as relações já normalmente contraditórias de um processo histórico.

“O judaísmo é uma teoria de sobrevivência na diáspora, mais do que um legado da Terra de Israel. E então, os árabes dizem, aqui viveram outrora seus antepassados – e daí? Também os hititas viveram aqui, também os canaanitas, assim como os egípcios e os bizantinos, os romanos, os cruzados e os cristãos” (KANIUK et HABIBI, 1997, p.191).

Estudos divulgados no início deste século vêm demonstrando que tanto os judeus quanto os palestinos não construíram suas culturas de forma hermética, mas sofreram influências de outros povos e culturas. Um exemplo é apresentado por Ivan Esperança Rocha segundo o qual “muitos elementos cananeus influenciaram a cultura judaica e hoje alguns escritores nacionalistas palestinos procuram vincular sua linhagem à dos antigos canaanitas, o que evidencia novos elementos que podem contribuir para amainar as relações entre judeus e palestinos”. Segundo o autor isso pode se dar porque “o fundamentalismo judaico e palestino que tanto emperram as negociações de paz perde consistência ao se deparar com bases originais comuns” (ROCHA, 2004, p. 144).

## **Considerações Finais**

Este estudo foi o ponto de partida de um Programa de Formação Continuada que tinha seus objetivos específicos a serem atingidos, como: aprofundamento de um tema específico na área de conhecimento do professor, ter nova experiência da vida acadêmica, elaboração de material didático e intervenção na escola na área de atuação do professor. Por isso,

o estudo procurou levantar uma série de variáveis sobre o conflito palestino-israelense no Oriente Médio visando subsidiar professores e alunos na construção do conhecimento histórico. Em nenhum momento teve a pretensão de ser conclusivo. Lacunas há e, com certeza, muitas e grandes.

Compreender, ainda que parcialmente, um conflito que se desenvolve há tanto tempo e é tão complexo ou mesmo fazer exercícios de futurologia quanto às possibilidades de paz ou não, são humanamente impossíveis, quando não temerosos e levianos. Porém, é possível compreender mais profundamente esse processo histórico, levantando e analisando os mais diversos pontos de vista e elementos que dele fazem parte. Foi o que se buscou fazer aqui.

Assim sendo, conclui-se que, a partir dos dados, análises e interpretações até aqui levantadas, bem como os eventos ainda noticiados diariamente sobre a questão palestina, denotam uma complexidade muito grande e apontam para um futuro incerto quanto à sua solução. Esta dependeria não só de um rearranjo político local e mesmo do quadro geopolítico mundial ao qual sempre esteve ligada. A própria questão econômica deve se levada em conta, seja no âmbito mundial como região estratégica, seja no plano local. Como afirma Scalercio, entre os motivos que esses dois povos são obrigados a conviver, está o fato de que atualmente, Israel depende da mão-de-obra palestina para movimentar sua economia – e os palestinos da infra-estrutura produtiva de Israel.

No dito mundo globalizado, a questão palestina também pode ser incluída como participante de uma das suas características e contradições: enquanto que, por um lado, se busca a integração, por outro busca-se a preservação, ou mesmo, uma preocupação de valorização e resgate de diferenças regionais, como forma de se distinguir nesse mundo “padronizado”. Isso pode tanto favorecer um processo de paz na região, como retardá-lo.

## **REFERÊNCIAS**



BINUR, Yoram. **Meu inimigo sou eu**. Scritta Editorial, 1989.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel - A paz ou o Apartheid**. Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Flávio & MIRANDA, Renan G. **A ESCRITA DA HISTÓRIA**. Volume único, Manual do Professor. SP, Editora Escala Educacional. 2005.

COSTA, Ricardo da. **A Questão Palestina e o Estado de Israel**. Palestra proferida no dia 09 de agosto de 2002 no curso de *Relações Internacionais* no Centro Universitário Vila Velha - Diretoria de Extensão e Seqüenciais.

**Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná** – SEED – 2006.

FINGUERMAN, Ariel. **Retratos de uma guerra**. Globo, 2005.

FINKELSTEIN, Norman. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Record, 2005.

FONTELETTE, François de. **História do Anti-Semitismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GATTAZ, André. **A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada**. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2001.  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/>, acessado em 05/09/2007.

KANIUK, Yoram et HABIBI, Emile. **A terra das duas promessas**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KAPELIOUK, Amnon. **Arafat - O irredutível**. Planeta, 2004.

MILLER, Judith et MYLROIE. **Sadam Hussein e a crise do golfo**. São Paulo: Scritta Oficina Editorial Ltda., 1991.

ROCHA, Ivan Esperança. **Mitos e história nas culturas Judaica e Cristã**. In Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista), v.12, p.137-144, Assis, SP – Brasil, 2004.

SALEM, Helena. **O Que é Questão Palestina**. Coleção Primeiros Passos, nº. 75, São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio - Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SCHIMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. 1ª ed., São Paulo, Editora Nova Geração 2005.

SILVA, Edílson Adão da. **Oriente Médio - A gênese das fronteiras**. São Paulo: Zouk, 2003.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. Brasiliense/ Universidade Federal Fluminense (UFF), 1990.

SORJ, Bila. **Anti-semitismo na Europa Hoje**. Revista Novos Estudos, CEPRAP, nº.79, São Paulo, Nov. 2007. in [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300005&script=sci_arttext): Acesso em 07/12/2008.